

A BIBLIOTECA PÚBLICA, ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA.

Frederico Borges Machado*

Emir Jose Suaiden*

RESUMO

O presente trabalho discute sobre o distanciamento entre a teoria e prática das bibliotecas públicas. Faz um panorama sobre o desenvolvimento da biblioteca pública brasileira em comparação com as diretrizes e orientações teóricas, confrontando com a realidade do Distrito Federal. Trata-se de uma pesquisa exploratória realizada por meio de revisão bibliográfica e de entrevistas com especialistas, gestores de bibliotecas e bibliotecários do Distrito Federal. Conclui que foi desenvolvido um modelo de bibliotecas públicas fundado em expectativas sociais do senso comum e que por meio de políticas públicas com ampla participação de especialistas e bibliotecários e com a utilização de novos indicadores pode-se mudar o atual quadro dessas bibliotecas.

PALAVRAS-CHAVE: Bibliotecas públicas. Biblioteconomia. Distrito Federal.

* Mestrando em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília.
fredbmachado@gmail.com

* Professor Titular da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília;
Doutor em Ciência da Informação pela Universidad Complutense de Madri.
emir@unb.br

ABSTRACT

This paper discusses the gap between the theory and practice of public libraries. It is an overview of the development of Brazilian public library in comparison with the guidelines and theoretical orientations, confronted with the reality of Distrito Federal. This is an exploratory research conducted through literature review and interviews with specialists, managers of libraries and librarians from Distrito Federal. Concludes that was developed a model of public library founded in social expectations of common sense and also that through public policies with wide participation of specialists and librarians and with the use of new indicators it is possible to change the current situation of these libraries.

KEYWORDS: Public libraries. Library Science. Distrito Federal.

1 INTRODUÇÃO

A temática biblioteca pública é de recorrente interesse de pesquisa como objeto de estudo na Ciência da Informação. Todavia, apesar de ser estudada há algum tempo não é uma área expressiva, como apontou o estudo bibliométrico de Rodriguez (2012), na década de 2001/2010, as pesquisas referentes á temática correspondeu apenas a 1,1% em relação à produção científica da área. Outra constatação da área é que os estudos realizados não têm trazido retornos sociais, haja vista a situação calamitosa das bibliotecas públicas brasileiras. Miranda (1978, p. 70) já apontava uma disparidade entre a teoria e a realidade das bibliotecas públicas brasileiras, realidade esta que, infelizmente, pouco mudou:

[...] as definições clássicas que conhecemos resultam abrangentes demais, parece que foram desenhadas para uma realidade mais propício do que a nossa, figuram um tanto pretensiosas quando confrontadas com a atmosfera pobre, subdesenvolvida e tímida das nossas pequenas e mal aparelhadas bibliotecas municipais. Tão pobres e desprovidas de tudo que apenas sobrevivem pela abnegação e o destemor de uns quantos iluminados ou, na maioria dos casos,

adormecem como depósitos perdidos, com livros mortos nas estantes por falta de mãos hábeis para dinamizá-los. O mais das vezes, as nossas bibliotecas públicas devotam-se à missão supletiva das bibliotecas escolares.

Atualmente, observa-se um grande abismo entre a teoria e a prática, os serviços de atendimento à comunidade apontado pelos pesquisadores da área, as diretrizes estabelecidas pela Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas (1994; 2012) encontram-se distantes da efetiva situação dessas bibliotecas. Os objetivos estabelecidos ainda estão num patamar muito acima dos serviços efetivamente oferecidos por elas. Assim, o conceito de biblioteca pública encontra-se em dissonância com a atuação dessas na sociedade brasileira.

Isso porque antes de ser um referencial teórico da área, a biblioteca é um organismo em crescimento. Essa afirmação, que faz parte do conjunto de preceitos conhecido como as “Cinco leis da Biblioteconomia”, estabelecido por Ranganathan em 1928 e publicados em 1931, exprime muito mais que o sentido de seu crescimento físico ou de seu acervo, aponta a característica de transformação de uma instituição eminentemente social, “passível de transmutação e assimilação de novos paradigmas” (TARGINO, 2010, p. 124), ou seja, uma instituição que apesar de ser definida teoricamente também é determinada socialmente.

E no caso das bibliotecas públicas, o desenvolvimento dessas se deu de forma tão arraigado aos fatores societários que uma vez Milanesi (1986, p. 95) aventou a dificuldade de se conceituar essas unidades de informação dado a diversidade de situações que essa se encontra,

[...] a dificuldade maior está exatamente em conceituar biblioteca pública. A diversidade de situação em que ela surge e as suas características são tão disparatas que o uso de um mesmo termo para identificar tantos casos é problemático.

1 ASPECTOS TEÓRICOS

Em relação à literatura da área, os conceitos e definições propostos possuem uma homogeneidade

e, possuindo algumas diferenciações quanto ao foco dado na análise dessas, ou à perspectiva analítica utilizada. Nesse sentido, as definições tomam sentido complementares, mas nunca antagônicos.

Os principais componentes que caracterizam a biblioteca pública como tal são: o financiamento, gestão e financiamento público; indistinção do público usuário; e o fornecimento de serviços voltados às necessidades informacionais das comunidades as quais atendem. Tais elementos são identificados nas definições propostas pelos estudiosos, certas vezes com algumas variações não são todos observados numa mesma definição, em outras mesmo com a verificação de todos são descritos sob a luz de perspectivas distintas.

Como na definição colocada por Suaiden (1995, p. 19-20) na qual observa-se todos os elementos citados, a manutenção sob a responsabilidade do Estado, os serviços que determinam o conceito dessa biblioteca e a diversificação dos usuários,

A biblioteca pública, mantida pelo governo, tem por objetivo primordial preservar e difundir o conhecimento, principalmente no que se refere à cultura local, e dentre todos os tipos de bibliotecas é a única que possui realmente características de uma instituição social, tanto pela amplitude de seu campo de ação como pela diversificação de seus usuários. É um centro de educação permanente.

Também na definição proposta pela Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas (2012, p. 1-2) identifica-se os três elementos citados, todavia, na manutenção e financiamento esta adiciona conceitos mais pertinentes às bibliotecas comunitárias,

A biblioteca pública é uma instituição criada, mantida e financiada pela comunidade, seja por meio do governo local, regional ou nacional, seja por meio de outra forma de organização da comunidade. Ela proporciona acesso ao conhecimento, à informação, à educação permanente e a obras da imaginação por meio de uma variedade de recursos e serviços, e se

coloca à disposição, de modo igualitário, a todos os membros da comunidade, independente de raça, nacionalidade, idade, gênero, religião, língua, dificuldade física, condição econômica e social e nível de escolaridade.

Já Oliveira (1994, p. 13) não aponta os serviços fornecidos em sua concepção de biblioteca pública, para a autora essa unidade de informação é caracterizada por possuir público indistinto; atuar em espaço geográfico determinado; ser mantida por recursos públicos; e ser uma instituição de uso não compulsório.

Por fim Koontz e Gubbin (2012, p. ix) definem a biblioteca pública apenas por meio de suas atividades fim, seus serviços e função social “a biblioteca pública é o ponto de acesso, é o ponto principal e dinâmico, da comunidade, estruturado para responder de modo proativo a uma multiplicidade de necessidades de informação que estão sempre em mudança”. De acordo com sua definição, os objetivos e serviços das bibliotecas públicas deveriam atender uma série de necessidades informacionais das comunidades que atendem como armazenadora e preservadora da memória local, fomentadora de leitura, promotora da cidadania, capacitando desenvolvimento de habilidades profissionais, intelectuais, artísticas e espirituais, assim como auxiliar no combate ao analfabetismo, à desigualdade social e, principalmente, contra a desigualdade de acesso à informação.

Em consonância com essa definição Miranda (1978) propôs sete principais serviços a serem realizados pelas bibliotecas públicas:

1. Promover o idioma nacional;
2. Fornecer publicações oficiais;
3. Fornecer livros e outros materiais para os estudantes;
4. Apoiar companhias de alfabetização e fornecer livros adequados aos recém-alfabetizados;
5. Ser depositária do acervo da inteligência e da história local;
6. Fornecer serviços de informação técnica e comercial às empresas locais
7. Divulgar informações culturais da cidade ou da comunidade.

Também a Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas (2012, p. 1-2) propõe às bibliotecas públicas sete diretrizes de atuação a serem seguida:

1. Apoiar a educação;
2. Incentivar o hábito de leitura em crianças e jovens;
3. Oferecer conhecimento e informação em todos os formatos;
4. Oferecer oportunidade para o desenvolvimento pessoal;
5. Proporcionar o desenvolvimento da cultura local;
6. Atuar como agente de mudanças;
7. Ser acessível para todos.

A partir dos conceitos apontados pelos estudiosos da área, assim como pela Federação, observa-se que certos aspectos dessas definições refletem a realidade, a biblioteca como instituição mantida e financiada pelo Estado e de acesso para todos corresponde à situação real das bibliotecas públicas. A manutenção, os recursos financeiros e humanos, ainda mesmo que de forma insuficiente, têm sido responsabilidade dos governos e prefeituras, assim como mesmo com estrutura precárias as bibliotecas garantem um mínimo de acessibilidade à população. Ambos os problemas são observados em outras áreas de responsabilidade do governo como a saúde pública e a educação pública. Contudo, em relação aos serviços das bibliotecas existe uma desmensurada incongruência entre os serviços oferecidos e aqueles apontados na literatura acadêmica. As bibliotecas públicas têm atuado no Brasil fornecendo apenas alguns serviços dentre as demais necessidades, em regra geral atuam como salas de estudos para situações pontuais, como concursos públicos e vestibulares, também de apoio ao sistema escolar e algumas possuem serviços de acesso à internet. Mas as demais atividades e serviços são completamente negligenciados

Ao se voltar à literatura da área, por meio dos estudos de abordagens históricas sobre o livro, leitura, bibliotecas públicas e das políticas voltadas a estas, observa-se que os serviços e atividades oferecidos por essas bibliotecas são comuns a diversas situações e regiões e, dessa maneira, representam um modelo brasileiro de biblioteca pública. Esse modelo encontra suas origens e desenvolvimento na história dessas bibliotecas e nas políticas públicas voltadas a elas. E a partir de sua história e das políticas realizadas foram desenvolvidos diversas imagens sociais dessa biblioteca, construindo um caleidoscópio que reflete a situação de uma instituição social pública desvirtuada de sua função social.

1. ASPECTOS HISTÓRICOS

Na história da biblioteca pública esta desempenhou diversas funções sociais em distintos períodos históricos e em diferentes sociedades, determinadas pelo seu tempo e espaço histórico, como apontado pela Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas (2012, p.1),

As bibliotecas públicas são um fenômeno mundial. Encontram-se em várias sociedades,

em diferentes culturas e distintos estágios de desenvolvimento. Apesar de os diversos contextos em que as bibliotecas atuam resultarem em diferenças nos serviços oferecidos e nas formas como são oferecidos, normalmente apresentam características em comum, que podem ser assim definidas.

Por um longo período ela conservou sua função primordial, a preservação de livros. Entretanto na atual Sociedade da Informação novos suportes surgem paralelamente aos livros, novas tecnologias de armazenamento de dados são descobertas, criam-se novas formas de produção e troca de informações, nesse contexto, segundo os especialistas, a sua função precípua de preservação evolui para a disseminação.

Segundo Araújo (2002, p.15) a origem do conceito de bibliotecas públicas deu-se na confluência do humanismo renascentista, da invenção da imprensa e da reforma protestante. A imprensa permitiu a reprodução em larga escala dos produtos intelectuais da época. A ideologia do humanismo renascentista pleiteou uma educação para todos, o que veio aumentar consideravelmente o número de alfabetizados nos países onde esta surgiu. Já de acordo com Martins (1957, p. 56-57) a primeira biblioteca considerada pública foi criada na Grécia da Antiguidade Clássica. Battles (2003) coloca que a essa primeira biblioteca da antiguidade foi de inspiração aristotélica e de modelo peripatético, onde os discípulos seguiam seus mestres pensadores atrás de suas preleções.

No período da Idade Média a biblioteca visava à organização do acervo, porém não para a sua disseminação. Hanganathan (1931, p. 1) afirma que nesse período os livros não eram organizados para serem lidos, para o autor a história dos livros é uma história de não acesso. As bibliotecas do século XV e XVI tinham como propósito a preservação em detrimento de seu uso. Nesse período se cristalizou e entendeu a biblioteca como um lugar de silêncio e meditação, como local augusto e sagrado, o “templo do saber”.

Essas características e traços da biblioteca medieval não foram destruídos como os da antiguidade, pelo contrário foram perpetuadas pelas bibliotecas das primeiras universidades. Hanganathan (1931) coloca que pode parecer óbvia a afirmação de uma das cinco leis da biblioteconomia, que os livros foram feitos para ser lidos, porém nas

bibliotecas do período os livros se encontravam acorrentados nas estantes, o usuário não era bem visto e o objetivo mais importante da biblioteca era manter o silêncio.

Esse modelo de biblioteca passa a ser contestado somente após o Renascimento e o Iluminismo. Sob os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade e o desejo de substituir os valores medievais, a sociedade passa a questionar antigas instituições e clamar por mudanças. É nesse período que surge e conceito moderno de público atribuído às atuais bibliotecas públicas. Até o Renascimento, o termo público aplicado às bibliotecas era extremamente restrito, já que na antiguidade os cidadãos eram uma reduzida parcela da sociedade. Com o advento da Idade Média esse conceito se restringiu aos únicos usuários destas, aos padres e monges.

Até esse momento, a história das bibliotecas públicas no mundo ocidental se restringia ao continente europeu e, posteriormente, aos Estados Unidos. A história da biblioteca pública brasileira tem origem no mesmo período que se discutia os novos rumos, objetivos e funções de suas congêneres no velho mundo. Enquanto a biblioteca se encontrava no meio das disputas ideológicas de sociedade, no Brasil a biblioteca era introduzida pelos padres catequistas das ordens religiosas (MORAES, 2006) em um misto de biblioteca monástica e pública.

Posteriormente com a transferência da corte portuguesa de Lisboa para o Rio de Janeiro a Biblioteca Real foi apresentada à sociedade brasileira (MORAES, 2006). Essa mantida pelo Estado, mas com acesso restrito ao povo, auxiliou na cristalização da imagem da biblioteca pública como uma instituição representante de poder e prestígio, porém muito distante do cotidiano da plebe brasileira.

Enfim, sob os auspícios do Iluminismo, por meio do senhor de engenho Pedro Gomes Ferrão Castelo Branco foi criada a considerada primeira biblioteca pública brasileira (MORAES, 2006). A primeira biblioteca criada para, em teoria, uso indistinto de qualquer cidadão, não foi mantida pelo Estado, mas obteve significativo apoio financeiro por meio do governador da província baiana, o conde Arcos. Todavia essa biblioteca ainda contribuiu, também, para formar uma imagem estereotipada da biblioteca como “templo do saber”, uma vez que era destinada à elite letrada e desprezava a tradição oral num país em que a população em sua grande maioria era analfabeta.

Finalmente na Primeira República a biblioteca pública é tutelada pelo Estado, estas passam, então, a adquirir características

de repartições públicas (GOMES, 1983), um traço marcante até os dias de hoje. Atributo esse muito criticado por Milanesi (1983) que o associa às condições precárias e ao desinteresse e mau humor de seus funcionários.

Apenas na década de 20 do século XX, a partir da realização da Semana da Arte Moderna, em 1922, a história das bibliotecas públicas parece ter uma reviravolta e, então, pensa-se na constituição de uma biblioteca mais voltada às necessidades da sociedade, mais orgânica, baseada no modelo e na escola norte-americana de biblioteconomia. Essa foi a biblioteca pública municipal de São Paulo, denominada de Mário de Andrade a partir fevereiro de 1960. Para Leitão (2011), por meio da Divisão de Bibliotecas do Departamento de Cultura e da biblioteca municipal, Rubens Borba de Moraes influenciou as bibliotecas públicas a essa orientação norte-americana.

Entretanto esse modelo proposto foi logo desconstruído com instauração da Era Vargas. A partir da revolução 1930, começa uma nova fase para essas bibliotecas, o Estado autoritário de Getúlio Vargas as compreende como relevante entidade na expansão da indústria livreira e de controle social. Como colocam Araújo (2002) e Leitão (2011) o governo getulista possuía uma visão dos livros de saúde social, perspectiva que ecoava nas bibliotecas. Foi nesse contexto que surgiu uma das instituições mais relevantes para as bibliotecas públicas, o Instituto Nacional do Livro (INL). Essa conjuntura suscitou um modelo conservador de bibliotecas, com acervo que buscava obras de valor e enobrecimento intelectual e moral, negligenciando as necessidades informacionais do cotidiano do trabalhador. O resultado para essas bibliotecas foi a afastamento dos trabalhadores e da população pelo reforço da imagem de um local sem utilidade para a solução dos problemas cotidianos e reservado para o uso de intelectuais. O legado positivo do período foi a criação de inúmeras bibliotecas públicas pelos municípios brasileiros por meio do incentivo do governo e da ação do INL. Ainda mesmo que o modelo não fosse o ideal, foi nesse período que o interior do Brasil pôde ter a oportunidade de conhecer essa instituição pública.

Posteriormente, já no regime militar, o INL com sua gestão sob a direção de Maria Alice Barroso é responsável pelo fenômeno da escolarização da biblioteca pública (OLIVEIRA, 1994; PAIVA, 2008). Segundo Oliveira (1994) essa transformação se deu pela mudança do paradigma da biblioteca pública a qual passa a ser vista pelo INL como uma fonte paradidática de apoio ao estudante.

Dessa forma, ao final do século XX verificava-se um modelo de bibliotecas distante da realidade dos trabalhadores e das necessidades informacionais dos cidadãos. A biblioteca pública brasileira ainda representa a imagem de “templo do saber”, de lugar esotérico, ou de prestígio, a qual pertence somente aos intelectuais, ou ainda após a escolarização desta, é vista como um local apenas para os estudantes. E exatamente a parte da população brasileira que mais precisa dessa instituição pública não consegue construir uma identificação, então a rejeita e não cobra das autoridades e agentes políticos investimento nelas. Assim, essas bibliotecas não conseguem prover serviços de qualidade que atendam as necessidades informacionais da comunidade, inclusive ela desconhece essas necessidades, e não se consegue romper esse modelo que leva à estagnação dessa instituição.

Com o advento da Sociedade da Informação, segundo Castells (1999, p. 39) “uma revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação começou a remodelar a base material da sociedade em ritmo acelerado”, com isso surgem novas possibilidades de produção, troca e armazenamento de informação. A informação nessa sociedade passa a ter posição estratégica, seja para governos, empresas, ou pessoas, por isso, para Bernardino e Suaiden (2011) apontam que a biblioteca pública passaria a ocupar lugar de destaque na atual sociedade, pois essa instituição traz em sua essência o tratamento, uso e disseminação da informação, que associada às tecnologias da informação e da comunicação garante ao usuário a recuperação precisa da informação.

Todavia, essas bibliotecas ainda não atendem nem as diretrizes propostas do século anterior, como valorização da tradição oral, acesso à informação por meio de qualquer suporte, fomento ao desenvolvimento da cultura local e regional, capacitação profissional ao cidadão, combate às desigualdades e ao analfabetismo e promoção de cidadania. Por isso, observa-se que na realidade essa unidade de informação ainda não ocupa sua localização de notoriedade. Ou seja, na atual conjuntura na qual a informação é vital para o desenvolvimento individual e corporativo, as bibliotecas públicas encontram-se despreparadas, negligenciadas pelo Estado e sucateadas, atuando de acordo com um modelo socialmente construído que remete ao século XX, enquanto os usuários pertencem e estão conectados às transformações do século XXI.

2. Bibliotecas públicas do Distrito Federal

As bibliotecas públicas do Distrito Federal (DF) correspondem ao modelo nacional padrão de bibliotecas públicas. Nela são oferecidos serviços de consulta e empréstimo, sala de estudo e geralmente possuem uma sala com computadores e internet para uso público. Os poucos usuários correspondem em sua quase totalidade estudantes para concursos e vestibulares e uns poucos poetas e intelectuais das cidades satélites. A estrutura física é antiga e precária, os acervos estão velhos e desatualizados, muitos computadores se encontram danificados e sem acesso à internet por problemas técnicos.

A situação é penosa e os gestores não conseguem vislumbrar um cenário de mudança. Conforme esses gestores, a realidade da biblioteca pública no DF é condizente com o imaginário social e por isso é uma situação cômoda aos agentes políticos. A sociedade brasiliense desconhece os objetivos dessas unidades de informação e acredita que são apenas aqueles os serviços que ela possa oferecer. Os agentes políticos a utilizam para angariar votos com discursos sobre a sua importância, mas investem apenas o suficiente para manter seu precário estado. E o cidadão acha tal atitude correta porque, apesar de concordar com o discurso do político, prefere que os recursos financeiros sejam utilizados para tapar os buracos do asfalto de sua região (informação verbal)¹. Ou seja, o discurso da importância da biblioteca pública é uma manifestação abstrata, tanto o político, como o cidadão desconhece a atuação prática no desenvolvimento econômico e social de sua comunidade, como dele próprio.

A consequência desse modelo é a exclusão da população dessa instituição pública. Principalmente dos mais necessitados. Como exemplo, no Distrito Federal (DF), conforme a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (2013), no ano de 2013, a taxa de não uso da biblioteca pública chega aos espantosos 90% da população.

¹ Entrevista com bibliotecários e gestores de Bibliotecas do DF. [out. 2014]. Entrevistador: Frederico Borges Machado. Brasília, 2014. 28 arquivos .mp3.

FIGURA 1 - População segundo a frequência em bibliotecas no DF

Valores Relativos (%)						
Plano Piloto	100,00	82,61	5,98	5,12	6,15	0,14
Gama	100,00	93,16	2,91	1,92	2,01	0,00
Taguatinga	100,00	93,23	3,92	1,61	1,21	0,02
Brazlândia	100,00	93,33	3,66	1,31	1,63	0,07
Sobradinho	100,00	86,20	9,91	2,10	1,78	0,00
Planaltina	100,00	91,01	6,87	1,36	0,76	0,00
Paranoá	100,00	93,04	4,72	0,73	1,51	0,00
Núcleo Bandeirante	100,00	91,98	5,37	1,11	1,54	0,00
Ceilândia	100,00	95,66	2,65	1,11	0,58	0,00
Guará	100,00	90,91	4,92	2,11	2,01	0,05
Cruzeiro	100,00	83,58	8,44	2,57	5,41	0,00
Samambaia	100,00	90,75	4,87	2,68	1,60	0,10
Santa Maria	100,00	94,79	3,57	0,84	0,80	0,00
São Sebastião	100,00	93,16	5,33	0,95	0,56	0,00
Recanto das Emas	100,00	91,36	4,97	2,61	1,02	0,03
Lago Sul	100,00	85,41	6,61	2,49	5,34	0,15
Riacho Fundo	100,00	91,65	4,56	1,72	2,07	0,00
Lago Norte	100,00	87,52	6,71	1,28	4,49	0,00
Candangolândia	100,00	90,83	5,18	2,73	1,25	0,00
Águas Claras	100,00	88,15	7,65	2,14	2,04	0,02
Riacho Fundo II	100,00	94,41	3,20	1,65	0,75	0,00
Sudoeste/Octogonal	100,00	77,00	12,49	5,07	5,45	0,00
Varjão	100,00	94,66	4,45	0,36	0,53	0,00
Park Way	100,00	91,09	4,79	2,89	1,23	0,00
SCIA - Estrutural	100,00	97,30	2,25	0,28	0,17	0,00
Sobradinho II	100,00	90,58	5,74	1,79	1,85	0,03
Jardim Botânico	100,00	82,53	8,11	3,14	6,10	0,12
Itapoá	100,00	90,96	5,49	1,22	2,28	0,06
S I A*	100,00	81,04	13,29	4,05	1,62	0,00
Vicente Pires	100,00	93,55	4,23	1,31	0,91	0,00
Fercal	100,00	96,45	1,89	1,16	0,37	0,12
Distrito Federal	100,00	90,98	5,05	2,04	1,90	0,03

Fonte: Codeplan – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD/DF-2013

FONTE: Codeplan – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD/DF -2013

Observa-se que as regiões que os moradores têm maior poder aquisitivo como o Sudoeste, Octogonal, Lago Sul, Lago Norte, Plano Piloto e Jardim Botânico, têm maiores índices de uso das bibliotecas, enquanto Ceilândia, Fercal e Estrutural possuem os menores, refletindo a lógica da desigualdade econômica existente. As periferias das cidades satélites são alvos de interesses das bibliotecas e dos bibliotecários, porém os moradores dessas regiões não as frequentam, isso porque eles se sentem intimidados por essa instituição. No pequeno estacionamento das bibliotecas são

observados bons carros que revelam o poder aquisitivo dos usuários reais, também há algumas características da própria biblioteca, como a revista na entrada e saída dos usuários, o local fechado, as regras de silêncio, que intimidam uma parcela da população, assim, o trabalhador e a população no geral não se identificam e não utilizam a biblioteca (informação verbal)².

3. ANÁLISE DO DISCURSO DOS ESPECIALISTAS³

Foram analisadas as entrevistas de três especialistas da área da Ciência da Informação. Cada entrevistado apontou desafios e caminhos para que a biblioteca pública possa efetivamente estar atuando em harmonia com as orientações teóricas e diretrizes propostas.

Um primeiro ponto comum destacado nas entrevistas é a perspectiva de que as políticas públicas possam alterar o atual modelo e quadro das bibliotecas públicas. Entretanto foi indicado que essas para essas políticas obterem impacto efetivo e positivo faz-se necessário a ampla participação dos bibliotecários, das universidades e de especialistas da área. Além disso, há a necessidade de se realizar mais eventos, fóruns, palestras, conferências sobre o tema, tanto para o embasamento da política, como para uma maior penetração do tema na sociedade.

Outro ponto comum assinalado das três entrevistas foi referente a um enfraquecimento do movimento associativo da área. Como colocado, os bibliotecários possuíram uma organização muito mais dinâmica a ativa, as associações de bibliotecários eram fortes, ofereciam diversos serviços aos seus associados, adquiriram patrimônio, também os conselhos era muito atuantes, assim os bibliotecários auferiram cargos importantes em conselhos e instituições nacionais de pesquisas. Todavia, atualmente as associações veem definhando financeiramente, há uma dificuldade de renovar as gestões dos conselhos. Essa conjuntura do movimento é atribuída ao novo perfil dos bibliotecários formados, que devido à quantidade de concursos com bons salários e as novas dinâmicas da

² Ibid.

³ Entrevista com especialistas em bibliotecas públicas. [nov. 2014]. Entrevistador: Frederico Borges Machado. Brasília, 2014. 3 arquivos .mp3.

Sociedade da Informação não despertam interesse pelas organizações de representação coletiva da classe profissional.

Esse diagnóstico do movimento associativo se torna um obstáculo à transformação das bibliotecas públicas, uma vez que, conforme exposto, a participação dos bibliotecários seria crucial na elaboração das políticas públicas. Além disso, é função dos conselhos profissionais a fiscalização da área para que se proteja e valorize a profissão, porém por conta dessa fragilidade da organização profissional da área, presencia-se a existência de inúmeras bibliotecas públicas sem a presença do bibliotecário. Essa situação foi indicada como uma das mais graves existentes, mas que por meio de uma política do Estado séria e sistemática poderia ser sanada.

Também foi apontada a contradição de a biblioteca pública vir perdendo usuários na atual Sociedade da Informação, na qual a informação se torna elemento tão fundamental e na qual se observa o aumento dos níveis de alfabetização e escolaridade. Uma das principais causas dessa perda, indicada nas entrevistas, é a desatualização dos acervos dessas bibliotecas, pois o que as pessoas querem são livros novos, populares, ler os *best-sellers*.

Para os pesquisadores também é importante a compreensão de que as bibliotecas públicas tem a responsabilidade de criar leitores críticos, isso significa que essas bibliotecas teriam de criar metodologias que proporcionassem o desenvolvimento dessa habilidade em seus usuários. A formação de leitores críticos é parte do desenvolvimento da cidadania. Mas, para isso é preciso um novo olhar sobre os serviços dessas bibliotecas.

Ao voltar o olhar para o modelo de bibliotecas públicas desenvolvidos em outros países vizinhos, como a Colômbia, verifica-se a viabilidade da construção de um novo modelo de bibliotecas que atenda as necessidades informacionais dos cidadãos e que promova desenvolvimento social e econômico das comunidades. Porquanto, para um dos entrevistados, a dificuldade em transformar o modelo de bibliotecas não é financeira, já que tecnologicamente existem diversos exemplos brasileiros de bibliotecas mais desenvolvidas. O verdadeiro obstáculo é o modelo socialmente construído e constituído de que a biblioteca tem a função de oferecer apenas os mesmos serviços, ditos tradicionais. Por isso, seria preciso refletir sobre esse modelo de biblioteca pública que se cristalizou na sociedade

brasileira, entender que essa biblioteca é um serviço público, com referência em se transformar em centros culturais.

Ainda, foi consensualmente colocado a necessidade de novos indicadores para a gestão dessas bibliotecas. Precisa-se parar de se trabalhar com indicadores de acesso às bibliotecas e passar a utilizar indicadores relacionados à leitura e ao uso da informação. O acesso por si só não traz impactos consideráveis à realidade social, tem de se buscar indicadores que possam identificar, quantificar e analisar o impacto do uso dos serviços da biblioteca na comunidade à qual serve, para, enfim, poder ter indicadores que quantifiquem e qualifiquem os serviços dessas bibliotecas.

Assim, a biblioteca pública brasileira fica descompassada de seu tempo histórico. Enquanto ainda produz um debate em alcançar as diretrizes propostas para modelos do século XX, ainda atuando como uma biblioteca de apoio ao sistema de ensino público formal, essa retarda-se na discussão do século XXI, sobre os desafios com o advento das novas tecnologias de comunicação e informação.

Por fim, foi alvitrada a necessidade de se reformular o currículo do bacharel em Biblioteconomia para que o profissional egresso possa ter habilidades e capacidades reais de enfrentar e contribuir para a transformação do atual quadro dessas bibliotecas.

Dessa forma, conclui-se que tem de haver atualização do acervo, novos serviços à comunidade, informações úteis que possam gerar renda e emprego à comunidade. A biblioteca pública está estática no tempo, ela sabe trabalhar com o livro, mas não sabe trabalhar com a informação. Então, ela está e ainda continua distante do cotidiano do cidadão.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas sobre bibliotecas públicas no Brasil levaram ao desenvolvimento de seu conceito em concordância aos avanços das pesquisas e das diretrizes de instituições internacionais, como a Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas. Definiram a biblioteca pública como uma instituição sob a tutela, manutenção e financiamento do Estado, atuando como ponto de acesso principal e dinâmico da comunidade, estruturado para responder de modo proativo a uma multiplicidade de necessidades de informação e sem distinção dos usuários.

Entretanto, observou-se que historicamente no Brasil as bibliotecas públicas não foram criadas pensando nas necessidades da população. Essas bibliotecas foram instituídas a partir de modelos estrangeiros e incorporavam a si uma imagem esotérica ao cotidiano dos cidadãos brasileiros. Exemplificando, numa sociedade predominantemente analfabeta, essa unidade de informação nunca ofereceu serviços que respeitassem a tradição oral. Seu objeto de trabalho sempre foi o livro e este como um elemento de prestígio. Assim, essas bibliotecas não construíram uma identidade com o povo brasileiro, a própria indústria editorial surgiu tardiamente.

Dessa maneira surgiu a construção de duas compreensões sobre essas unidades de informação, uma dos intelectuais, estudiosos e pesquisadores da área, e outra formada com base no senso comum, ou seja, a partir das expectativas sociais criadas em função dos serviços oferecidos e da atuação prática dessas unidades de informação ao longo de sua história.

O exame da situação do DF corrobora a análise da revisão de literatura, na qual indica que essas bibliotecas atuam de acordo com expectativas sociais de agentes políticos que desconhecem a função real das bibliotecas públicas. Essa forma de atuação representa um modelo brasileiro de biblioteca pública, alçado em serviços restritos, como pesquisa, empréstimo de livros, sala de estudo e, em algumas, acesso à internet. Os bibliotecários gestores dessas unidades não conseguem transformar a atual situação dessas bibliotecas, seja por falta de recursos, ou por não estarem devidamente capacitados para agir diante dessa realidade.

As políticas públicas foram apontadas como uma solução para essa conjuntura. Todavia, para que essas políticas tenham impacto positivo efetivo é imperiosa a ampla participação dos bibliotecários, por meio de seus entes associativos, e dos pesquisadores, pela participação formal das universidades, em sua elaboração.

Faz-se necessário que essas políticas compreendam a biblioteca com ponto principal de atendimento às necessidades informacionais, oferecendo cursos de capacitação profissional, promovendo o desenvolvimento econômico e social das comunidades às quais pertencem, fomentando a cidadania e a geração de emprego e renda. Mas para tal, é preciso mudar o foco do objeto de trabalho da biblioteca, do livro para a informação, e utilizar novos indicadores de gestão. É imprescindível a utilização de novos indicadores que substituam os de acesso para outros que permitam avaliar o impacto

do uso da informação pelos usuários, para que, enfim, a biblioteca pública possa superar o seu distanciamento entre a teoria e sua prática.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, E. A. de. **A palavra e o silêncio**: biblioteca pública e estado autoritário no Brasil. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2002.

BERNARDINO, M. C. R.; SUAIDEN, E. J. Imagem da biblioteca pública na Sociedade da Informação. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 130-142, jan./jun. 2011.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era informação, sociedade e cultura, v.1)

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio - Distrito Federal, 2013**: PDAD/DF 2013. Brasília, dez. 2014a.

Disponível em:
<<http://www.codeplan.df.gov.br/component/content/article/261-pesquisas-socioeconomicas/294-pdad-2013.html>>. Acesso em 14 jan. 2015.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS E BIBLIOTECAS. **Diretrizes da IFLA para bibliotecas públicas**. Organizado por Christie Koontz e Barbara Gubbin; Tradução de Antônio Agenor Briquet de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos, 2012.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS E BIBLIOTECAS. **Manifesto da IFLA/Unesco**

sobre as bibliotecas públicas. Título Original: IFLA/Unesco Public Library Manifesto 1994. 1994.

GOMES, S. de C. **Bibliotecas e sociedade na Primeira República.** São Paulo: Pioneira; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.

RANGANATHAN, S. R. **The five laws of library science.** Madras, The Madras Library Association, 1931. Disponível em: <[http://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uc1.\\$b99721;view=1up;seq=13](http://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uc1.$b99721;view=1up;seq=13)>. Acesso em: 11 jan. 2015.

KOONTZ, C.; GUBBIN B. Prefácio. In.: FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS E BIBLIOTECAS. **Diretrizes da IFLA para bibliotecas públicas.** Organizado por Christie Koontz e Barbara Gubbin; Tradução de Antônio Agenor Briquet de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos, 2012.

LEITÃO, B. J. M. **Bibliotecas públicas, bibliotecários e censura na Era Vargas e regime militar: uma inflexão.** Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2011.

MARTINS, W. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca.** São Paulo: Anhembi, 1957.

MILANESI, L. **Ordenar para desordenar.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

MIRANDA, A. A missão da biblioteca pública no Brasil. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 6, n. 1, jan./jun. 1978, p. 69-75.

MORAES, R. B. de. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial.** Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

OLIVEIRA, Z. C. P. de. **A biblioteca “fora do tempo”: políticas governamentais de bibliotecas públicas no Brasil, 1937 – 1989.** 1994. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

PAIVA, M. de A. M. de. **Bibliotecas públicas:** políticas do estado brasileiro de 1990 a 2006. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

RANGANATHAN, S. R. As cinco leis da Biblioteconomia. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2009. 336 p. Recensão de: TARGINO, M. das G. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 39, n. 1, p. 122-124, jan./abr., 2010.

RODRIGUEZ, A. D. **A biblioteca pública no discurso científico:** positivities ao longo da década (2001-2010). 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SUAIDEN, E. J. **Biblioteca pública e informação à comunidade.** São Paulo: Global, 1995

TARGINO, M. das G. **Conceito de biblioteca.** Brasília: Abdf, 1984.